

## O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS

Rodrigo Banha da Silva e Ana Cristina Leite

---

A decisão de criação do Hospital de Todos-os-Santos partiu do rei D.João II, que pretendia centralizar num só espaço os cuidados assistenciais de 43 diferentes instituições dispersas pela cidade, inserindo-se nas políticas de concentração do poder régio promovidas por este monarca. Tendo obtido autorização do Papa Sixto IV em 1479, as dificuldades no arranque do projecto obrigaram à renovação da autorização do Sumo Pontífice em 1485, e o lançamento da primeira pedra da obra só se verificaria a 15 de Maio de 1492, pela mão do próprio rei.

O vasto edifício hospitalar instalou-se no espaço das Hortas do vizinho Convento de São Domingos, e a magnitude do empreendimento implicou o acondicionamento prévio do espaço, com a anulação das estruturas agrícolas existentes, e a prática de extensos trabalhos de terraplanagem e aterro, reconhecidos arqueologicamente pelos trabalhos de Irlisvalva Moita em 1960-1961 (Moita, 1970; 1993) e pelos que tiveram lugar entre 1999 e 2001, dirigidos por um dos autores (RBS).

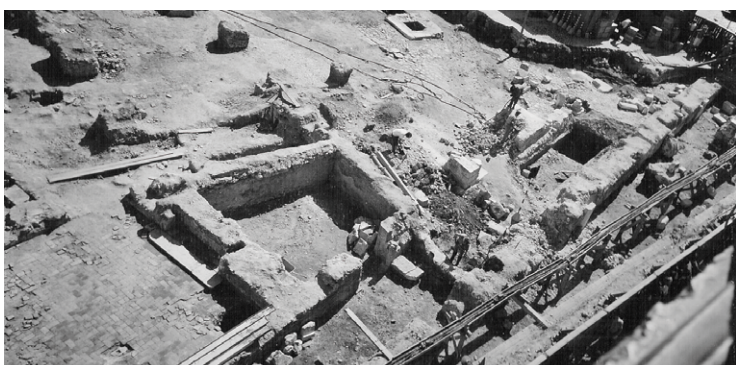
Ignoramos no concreto o andamento das obras mas, segundo o testemunho de 1552 de João Brandão, à data da morte de D.João II (1495) estavam apenas as “paredes emgallgadas” (citado por Leite, 1993). O testamento do monarca fundador deixara menção expressa à obra: “(...) porque minha tenção he de mandar fazer pelo amor de Deus hum Spital em Lixboa da vocação de todolos santos para remedio meu spritual e corporale dos pobres enfermos (...)” (citado por Bolana, 1914). Deste modo, o essencial da obra deveu-se já ao sucessor, D.Manuel I, e o testemunho do humanista Damião de Góis atribuiu a este monarca expressamente as partes voltadas ao Rossio e à Rua da Betesga, frentes sul e ocidental do complexo (citado em Leite, 1993). De novo, os dados colhidos pela arqueologia sugerem a importância maior das iniciativas manuelinas, tendo em 1999-2000 permitido observar a contemporaneidade das fundações dos muros da Igreja e claustros adjacentes com o troço subterrâneo ao Hospital da grande “cloaca” edificada no reinado de D.Manuel I, o “Cano Real de São Domingos”. Assim, se a configuração geral do edifício pode ser atribuída a Mateus Fernandes (Pereira, 1993: 32), a fachada do Rossio e o templo são obra de Diogo Boitaca.

Aproveitando a iniciativa, o rei venturoso reformulou profundamente a fachada oriental do Rossio de Lisboa, reconfigurando-a, dinamizando-a esteticamente com uma extensa galilé e uma arquitetura monumental de qualidade, imprimindo-lhe uma forte marca da presença do poder régio, transformando o espaço na segunda praça mais importante da capital a seguir ao Terreiro do Paço, para onde mudou a residência real. Trata-se do momento criador de um matiz de intervenção em espaço público que definiu o carácter urbano da capital portuguesa até ao final do século XVIII, uma polarização dos poderes nas duas grandes praças da capital portuguesa.

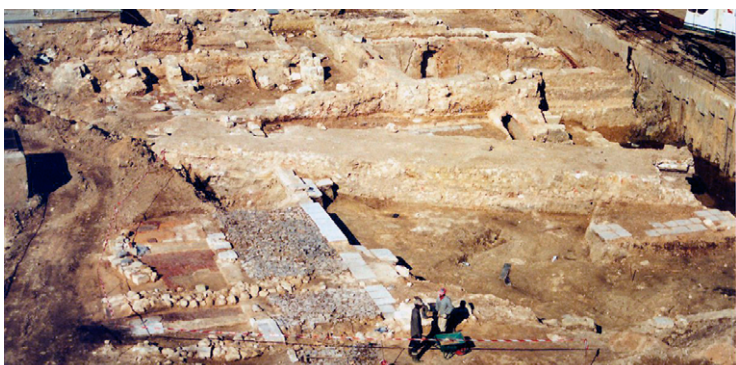
Desconhecendo-se a data concreta da inauguração, em 1501 o Provedor do Hospital já se encontrava instalado no edifício, e há registo dos primeiros internamentos de pacientes nesse ano (Abreu, 2009) e no seguinte (Leite, 1993). O seu primeiro *Regimento*, que regulava todo o funcionamento, fixava o corpo de funcionários e a sua orgânica interna, foi-lhe dado por D. Manuel I em 1504.

A configuração do Hospital Real, ou “Hospital Grande”, como também era conhecido na gíria lisboeta do século XVI, assumiu as modernas plantas cruciformes dos hospitais de ponta à época, os italianos do *quattrocento* de Milão e Florença, um pouco mais tarde também replicados de alguma forma na Península Ibérica, em Toledo e Granada (Moreira, 1993). Nele desempenhava a componente espiritual um papel fundamental na terapêutica, sendo o centro da cruz o altar-mor, observável a partir dos quatro braços ocupados pela nave da igreja e pelas principais enfermarias.

Segundo o documento de 1504, existiriam quatro enfermarias primitivas: três principais, vastas, instaladas no primeiro andar em três dos braços da planta cruciforme, pois o quarto corpo, com a frente voltada ao Rossio, era ocupado pela Igreja. Eram elas a “enfermaria de São Vicente”, destinada à “surugia” das febres (a oriente), a “enfermaria de São Cosme”, para “surugia” dos feridos (a sul), e a de “Santa Clara”, para mulheres com febres e feridas (a norte). A quarta era a “Casa das Boubas” para o “mal francês” (sífilis), dividida em setor feminino e mas-



INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA PRAÇA DA FIGUEIRA, 1960. MUSEU DE LISBOA.



INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA PRAÇA DA FIGUEIRA, 2000. CENTRO DE ARQUEOLÓGICA DE LISBOA

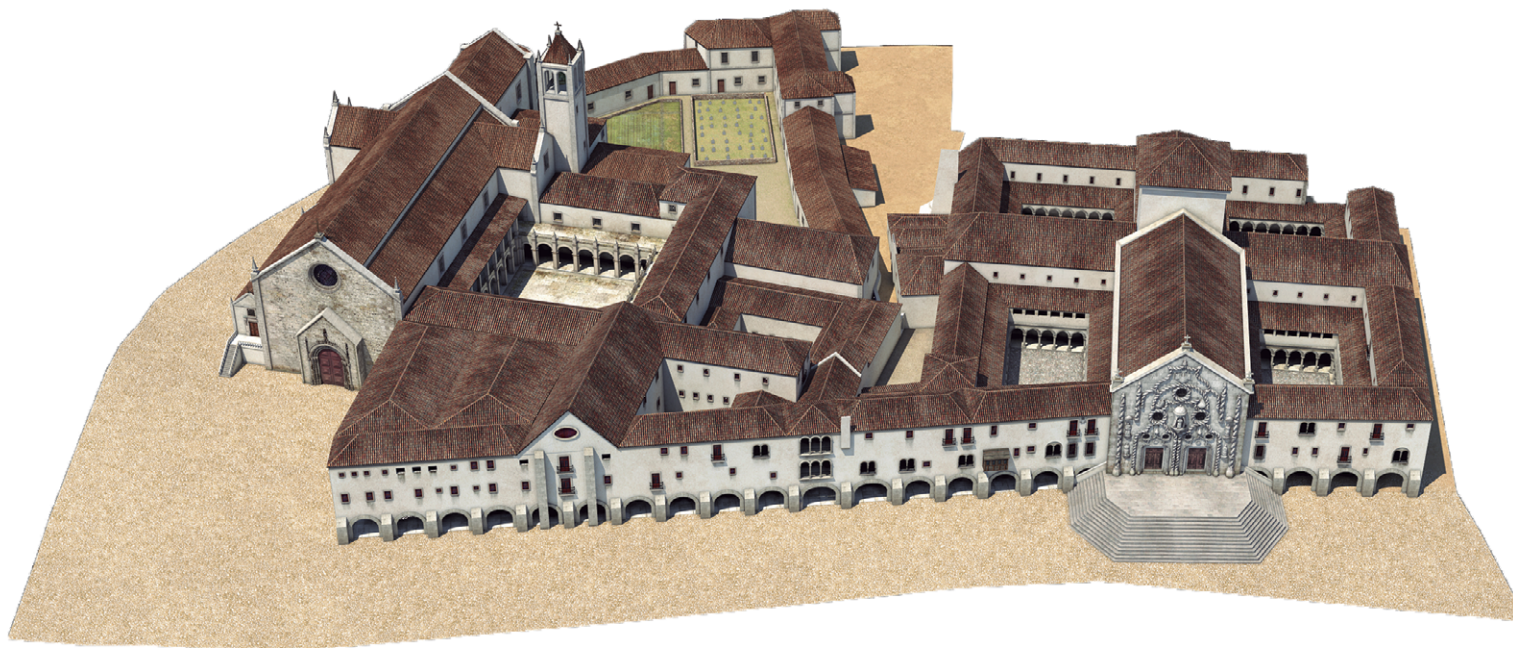
culino e apartada das restantes (piso térreo para norte e identificada na intervenção arqueológica de 1960).

Em 1551, de acordo com o testemunho de Cristovão Rodrigues de Oliveira, já existia uma outra, de apenas 5 camas, privativa de frades capuchos da Ordem de S. Francisco, e as fontes sugerem que, ao arrefecimento do estatuído no *Regimento*, funcionaram eventualmente quartos para pessoas com posses. No final do século XVI havia uma outra localizada na parte mais alta do edifício, e portanto mais arejada, destinada aos convalescentes, um sector para entrevados e incuráveis e as “casas para doidos”.

Facilitando a circulação interna, tal como a planta em cruz e contribuindo para o arejamento, existiam no Hospital Real quatro claustros, segundo as fontes de meados do século XVI ajardinados e com um poço central, à excepção de um, que o possuía no ângulo por se situar perto da cozinha (Leite, 1993: 17, nota 23), panorama que as escavações arqueológicas quase corroboraram plenamente.

Apesar da sua função hospitalar, e de uma parte significativa da planta baixa estar ocupada por dependências operacionais e residenciais dos funcionários (e por vezes das famílias respectivas), o complexo também assumia funções assistenciais, existindo dependências como por exemplo a destinada à pernoita de peregrinos e mendigos, ou a “casa dos expostos”, onde se recolhiam os bebés e as crianças abandonadas na cidade. Neste aspecto se distinguia profundamente a instituição portuguesa dos modelos que a inspiraram, florentinos e milaneses, exclusivos e laicos.

Nos actos fundacionais e ulteriores, foi adscrita à instituição um conjunto de privilégios e isenções e um rico e vasto património (em Lisboa e noutros locais do país), destinado à manutenção da sua actividade. Contudo, a variedade e dispersão deste tornavam a administração complexa e exigente, e o estabelecido no *Regimento* quanto ao corpo de funcionários exigia que os lugares de liderança desempenhassem quotidianamente tarefas de índole médica, espiritual e administrativo-financeira, para além do facto de se verificar haver uma clara sobreposição de “pelouros” e de competências entre vários destes postos (Abreu, 2009).



MODELO 3D DO HOSPITAL DE TODOS-OS-SANTOS, 1750. MUSEU DE LISBOA.

A gestão do património e as deficiências na estrutura de gestão interna constituem, de facto, dois dos aspectos que maior fragilidade conferiram ao Hospital enquanto instituição, obrigando-o a uma dependência da municipalidade régia e a alterações constantes na administração ao longo do século XVI: em 1530 a tutela do Hospital passou para os frades Lóios que, por sua vez, a devolveram ao rei em 1569, data em que passou para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Abreu, 2009).

Apesar destes aspectos, os testemunhos coevos portugueses e forâneos atestam a alta qualidade dos serviços prestados ao longo da centúria quinhentista, tendo por essa razão funcionado como modelo hospitalar globalizado, ao influenciar

ou inspirar fortemente instituições congéneres na Índia, casos de Goa (1520), Cananor e Cochim (1507), África Oriental, na ilha de Moçambique (1507), e no Brasil, em São Paulo (1543) e São Salvador (1549).

Construção singular e de vanguarda, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi desde logo reconhecido como grande obra pública de Lisboa, quer pela sua utilidade cívica e funcionalidade, como pela monumentalidade e qualidade arquitetónica e papel no ordenamento do território urbano (com definição de modelos de arquitetura de programa), bem como marca da centralização política do rei, de poder e propaganda.

**PRÓXIMA PÁGINA/**

ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS

